

Inteval - Gestão Integral Rodoviária, S.A.
 Av. Infante D. Henrique, n.º 332, 1º direito
 1800-224 Lisboa
 NIF: 503970352

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

em Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	612.394,56	697.947,69
Outros activos financeiros		16.717,11	8.408,41
		629.111,67	706.356,10
Ativo corrente			
Inventários	15	28.495,54	31.540,26
Clientes	9	6.174.876,34	6.609.328,38
Estado e outros entes públicos	10	90.202,59	98.262,28
Accionistas/sócios	5	6.197,26	300.000,00
Outras contas a receber	9	12.008,23	20.477,29
Diferimentos	11	66.312,58	110.987,45
Caixa e depósitos bancários	4	1.479.649,62	1.467.427,78
		7.857.742,16	8.638.023,44
Total do ativo		8.486.853,83	9.344.379,54
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12	1.400.000,00	1.400.000,00
Reservas legais		280.000,00	266.005,81
Resultados transitados		2.122.173,57	2.187.191,53
Resultado líquido do período		920.475,38	1.048.976,23
Total do capital próprio		4.722.648,95	4.902.173,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	5.831,12	238.675,61
		5.831,12	238.675,61
Passivo corrente			
Fornecedores	13	3.043.718,94	3.538.984,64
Estado e outros entes públicos	10	114.607,37	129.116,10
Financiamentos obtidos	13	216.188,08	246.345,50
Outras contas a pagar	13	383.859,37	289.084,12
		3.758.373,76	4.203.530,36
Total do passivo		3.764.204,88	4.442.205,97
Total do capital próprio e do passivo		8.486.853,83	9.344.379,54

Inteval - Gestão Integral Rodoviária, S.A.
 Av. Infante D. Henrique, n.º 332, 1º direito
 1800-224 Lisboa
 NIF: 503970352

Demonstração dos Resultados por Naturezas Individual dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	14	21.025.555,16	21.366.334,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	-140.450,61	-167.332,92
Fornecimentos e serviços externos	16	-16.482.983,55	-16.876.326,69
Gastos com o pessoal	17	-2.840.388,03	-2.582.594,00
Outros rendimentos e ganhos	18	81.572,09	104.508,00
Outros gastos e perdas	19	-70.403,35	-104.460,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.572.901,71	1.740.127,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-260.262,55	-235.905,70
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.312.639,16	1.504.222,17
Juros e rendimentos similares obtidos		6.248,03	3.337,63
Juros e gastos similares suportados	20	-60.556,76	-87.373,66
Resultado antes de impostos		1.258.330,43	1.420.186,14
Imposto sobre o rendimento do período	8	-337.855,05	-371.209,91
Resultado líquido do período		920.475,38	1.048.976,23

Inteval - Gestão Integral Rodoviária, S.A.
 Av. Infante D. Henrique, n.º 332, 1.º direito
 1800-224 Lisboa
 NIF: 503970352

Demonstração das alterações no capital próprio individual no período findo em 31 de Dezembro de 2016

em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVAS LEGAIS	Outras reservas	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período findo em 31 de Dezembro de 2016	1	1.400.000,00	0,00	266.005,81	0,00	2.187.191,53	1.048.976,23	4.902.173,57
Alterações no período								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	13.994,19	0,00	1.034.982,04	-1.048.976,23	0,00
...	2	0,00	0,00	13.994,19	0,00	1.034.982,04	-1.048.976,23	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						920.475,38	920.475,38
Resultado Integral	4=2+3						920.475,38	920.475,38
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	-1.100.000,00	0,00	-1.100.000,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.100.000,00	0,00	-1.100.000,00
Posição no fim do período findo em 31 de Dezembro de 2016	5=1+2+3+5	1.400.000,00	0,00	280.000,00	0,00	2.122.173,57	920.475,38	4.722.648,95

Demonstração das alterações no capital próprio individual no período findo em 31 de Dezembro de 2015

em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVAS LEGAIS	Outras reservas	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período findo em 31 de Dezembro de 2015	1	1.400.000,00	0,00	215.883,90	0,00	1.234.875,27	1.002.438,17	3.853.197,34
Alterações no período								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	50.121,91	0,00	952.316,26	-1.002.438,17	0,00
...	2	0,00	0,00	50.121,91	0,00	952.316,26	-1.002.438,17	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						1.048.976,23	1.048.976,23
Resultado Integral	4=2+3						1.048.976,23	1.048.976,23
Posição no fim do período findo em 31 de Dezembro de 2015	5=1+2+3	1.400.000,00	0,00	266.005,81	0,00	2.187.191,53	1.048.976,23	4.902.173,57

Inteval - Gestão Integral Rodoviária, S.A.
 Av. Infante D. Henrique, n.º 332, 1.º direito
 1800-224 Lisboa
 NIF: 503970352

Demonstração de Fluxos de Caixa Individual dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

em Euros

RUBRICAS	2016		2015	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes	21.460.007,20		20.968.938,41	
Pagamentos a fornecedores	-17.053.059,64		-16.801.863,57	
Pagamentos ao pessoal	-2.742.132,85		-2.558.856,01	
Caixa gerada pelas operações	1.664.814,71		1.608.218,83	
Pagamento/recebimento do Imposto s/ o rendimento	-351.024,37		-370.238,82	
Outros pagamentos/recebimentos atividade operacional	-15.537,67		-61.298,10	
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		1.298.252,67		1.176.681,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-192.461,32		-94.759,61	
Outros ativos	0,00		-300.000,00	
...		-192.461,32		-394.759,61
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	15.000,00		0,00	
Juros e proveitos similares	6.248,03		3.336,71	
...		21.248,03		3.336,71
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		-171.213,29		-391.422,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	0,00		0,00	
...		0,00		0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-254.260,78		-244.887,79	
Juros e gastos similares	-60.556,76		-87.373,66	
Dividendos	-800.000,00		0,00	
...		-1.114.817,54		-332.261,45
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.114.817,54		-332.261,45
Varição da caixa e seus equivalentes (1+2+3)		12.221,84		452.997,56
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.467.427,78		1.014.430,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.479.649,62		1.467.427,78

INTEVIAL, Gestão Integral Rodoviária, S.A.

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE
2016

Conselho de Administração
01-02-2017





1. Identificação da Entidade

A INTEVIAL – Gestão Integral Rodoviária, S.A. é uma sociedade anónima com sede na Avenida Infante D. Henrique n.º 332, 1º direito 1800-224 Lisboa, Portugal. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A empresa dedica a sua atividade no âmbito da construção, beneficiação e conservação de estradas, aeródromos e arruamentos em zonas urbanas, incluindo todas as valências nomeadamente, pontes metálicas, de betão armado e pré-esforçado, sua proteção e pintura, parques e ajardinamentos e bem assim as instalações especiais de iluminação sinalização e segurança, procedendo deste modo à contratação de serviços de gestão integral de conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas rodoviárias, podendo comercializar, fabricar e contratar todos os produtos e serviços relacionados com estas suas actividades, com o CAE 42110-R3. A empresa é participada em 100% pela empresa Elsamex Internacional S.L, pertencente ao Grupo espanhol Elsamex SA.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

3. Principais políticas contabilísticas

Ativos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade.

São sujeitos a depreciações os ativos com vida útil finita, reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos. No caso de ativos de vida útil indefinida os mesmos estão sujeitos a testes de imparidade.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Equipamento básico	4 – 16
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 – 10

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expetativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

Loações

As locações financeiras são registadas no ativo pelo justo valor do bem ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos durante a locação. As depreciações dos bens locados seguem a política aplicada aos restantes ativos.

As locações operacionais são reconhecidas como gastos do período, em função do período de utilização dos bens.

Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição. As perdas por imparidade são registadas quando a totalidade ou parte do valor em inventários é inferior ao seu valor realizável líquido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço no momento em que as disposições contratuais produzem os seus efeitos, de acordo com o critério do custo:

- Clientes e outras dívidas de terceiros – os saldos de clientes e outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.
- Caixa e depósitos bancários – nesta rubrica incluem-se os valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações, mensurados ao justo valor.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros - os saldos de fornecedores e outras dívidas a terceiros são registados ao custo.



Imparidade de ativos financeiros:

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras dívidas de terceiros de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Factoring:

- Factoring com recurso – a empresa detém substancialmente os riscos e benefícios dos direitos de recuperação. Neste caso, é reconhecido um passivo financeiro por cada financiamento obtido por parte da entidade que presta o serviço de Factoring, registado ao custo, sendo os juros pagos por atraso ou incumprimento contratual reconhecidos como gastos do período.
- Factoring sem recurso – a entidade que presta o serviço de Factoring assume o risco da operação de cobrança. No caso de Factoring sem recurso a 100%, a empresa adota a política de considerar os recebimentos do factoring como redução de valores a receber independentemente das condições contratadas.

Réditos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos, e outros abatimentos, e não inclui IVA ou outros impostos relacionados com a venda.

Reconhecimento do rédito proveniente de prestações de serviços:

O resultado das obras é determinado em função do avanço dos trabalhos, independentemente de os mesmos se encontrarem ou não faturados. O trabalho executado tem como suporte as medições internas efectuadas pela Produção.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.



Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a Imposto sobre o rendimento do período representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções tomadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e inventários.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional relevante são divulgados nas demonstrações financeiras.



4. Fluxos de caixa

Caixa e equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalham-se como segue:

	2016	2015
	Euros	Euros
Depósitos bancários mobilizáveis	1.479.650	1.467.428
	1.479.650	1.467.428

5. Partes relacionadas

Os saldos a 31 de dezembro de 2016 relacionados com empresas do Grupo são como seguem:

	Saldos devedores	Saldos credores
	Euros	Euros
Elsamex Internacional SL	6.423	-
Elsamex SA	-	78
Elsamex Portugal	-	7.720
	6.423	7.798

No exercício de 2015, o Grupo Elsamex, ao qual a sociedade pertence, celebrou um contrato de financiamento com diversas entidades financeiras em Espanha, entre as quais o Caixabank, SA e o Banco Santander, SA, através do qual foi concedido à Elsamex, SA um financiamento de cerca de quarenta milhões de euros. Paralelamente, foi também celebrado um contrato de aval com vista a garantir o cumprimento das obrigações no contexto do contrato de financiamento até um montante máximo de cinquenta milhões de euros. Nos termos dos contratos celebrados, a Intevial intervém na qualidade de garante, em conjunto com as restantes empresas do Grupo Elsamex, respeitando o disposto no artigo 6º, n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais. O montante total de responsabilidades potenciais no final do período é de 9,785 milhões de euros, de acordo com informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal de 31 de dezembro de 2016.

6. Ativo fixo tangível

2016	Equipamento			Total
	Básico	Transporte	Administrativo	
Quantia escriturada bruta inicial	2.967.163	830.765	107.056	3.904.984
Depreciações acumuladas iniciais	2.880.956	238.334	87.746	3.207.036
Quantia escriturada líquida inicial	86.207	592.431	19.310	697.948
Adições	150.655	31.104	13.641	195.400
Total das adições	150.655	31.104	13.641	195.400
Diminuições				
Depreciações	(50.317)	(194.834)	(15.111)	(260.262)
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Alienações:				
- Valor Bruto	-	(33.543)	(48.171)	(81.714)
- Amortizações acumuladas	-	12.852	48.171	61.023
Total das diminuições	(50.317)	(215.525)	(15.111)	(280.953)
Quantia escriturada bruta final	3.117.818	828.326	72.526	4.018.670
Depreciações acumuladas finais	2.931.273	420.316	54.686	3.406.275
Quantia escriturada líquida final	186.545	408.010	17.840	612.395




2015	Equipamento			Total
	Básico	Transporte	Administrativo	
Quantia escriturada bruta inicial	2.984.699	785.420	101.444	3.871.563
Depreciações acumuladas iniciais	2.880.808	52.528	72.011	3.005.347
Quantia escriturada líquida inicial	103.891	732.892	29.433	866.216
Adições	16.047	75.757	5.612	97.416
Total das adições	16.047	75.757	5.612	97.416
Diminuições				
Depreciações	(33.731)	(186.440)	(15.735)	(235.906)
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Alienações:				
- Valor Bruto	(33.583)	(30.412)	-	(63.995)
- Amortizações acumuladas	33.583	634	-	34.217
Total das diminuições	(45.126)	(32.547)	(11.793)	(89.466)
Quantia escriturada bruta final	2.967.163	830.765	107.056	3.904.984
Depreciações acumuladas finais	2.880.956	238.334	87.746	3.207.036
Quantia escriturada líquida final	86.207	592.431	19.310	697.948

7. Locações

Os futuros pagamentos mínimos referentes a locações operacionais, por período, são como seguem:

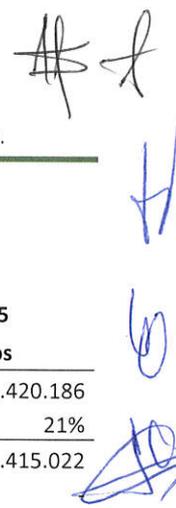
	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Escritórios	112.740	-	-
Viaturas	67.200	-	-

Os escritórios da empresa situam-se em Lisboa e Leça da Palmeira. A empresa celebrou diversos contratos de locação de escritórios que servem as obras de conservação corrente que a empresa detém em diversos pontos do território nacional. A entidade detém ainda diversos contratos de *renting* e *fit-rent* de diversos veículos.

8. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser detalhados como segue:

	2016	2015
	Euros	Euros
Imposto corrente	(337.855)	(371.210)
Imposto diferido	-	-
	(337.855)	(371.210)



A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	2016	2015
	Euros	Euros
Resultado antes de impostos	1.258.330	1.420.186
Taxa de imposto	21%	21%
Lucro tributável	1.273.484	1.415.022
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Imposto sobre o rendimento	337.855	371.210
Diminuição de ativos por impostos diferidos	-	-
Imposto corrente	337.855	371.210

9. Ativos financeiros

Cientes

	2016	2015
	Euros	Euros
Cientes conta corrente	5.732.209	6.695.118
Cientes - Garantias	753.339	363.679
Cientes - Autos a facturar	397.899	259.102
Perdas por imparidade acumuladas	(708.571)	(708.571)
	6.174.876	6.609.328

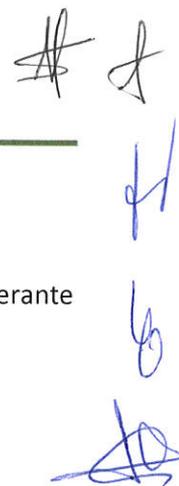
A empresa detém com uma entidade financeira um contrato de factoring na modalidade sem recurso a 100%, que incide sobre a facturação do seu principal cliente.

A rubrica "Clientes - Autos a facturar" inclui, sobretudo, a especialização dos serviços prestados pela INTEVIAL em 2016 mas apenas faturados em 2017.

Durante o exercício de 2011 a Inteval iniciou um processo judicial contra a empresa Pavia Brasil, razão pela qual, atendendo à antiguidade da dívida, bem como à expectativa de incobrabilidade da mesma, se procedeu ao reconhecimento de uma perda por imparidade (671.490 Euros). O total de perdas por imparidade de 2013 ascendeu a 37.081 Euros. Durante os exercícios seguintes não se reconheceram quaisquer perdas por imparidade.

Outras contas a receber

	2016	2015
	Euros	Euros
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Outros devedores	12.008	20.477
	12.008	20.477



10. Estado e outros entes públicos

Nos termos da legislação em vigor informamos que não existem, presentemente, dívidas em mora perante o Estado nem perante a Segurança Social.

11. Diferimentos

Nesta rubrica incluem-se despesas com emolumentos e seguros de obra que se estendem pelo seu prazo de execução, rendas de escritórios e despesas com a aquisição de ferramentas e utensílios de obra que serão consumidos em 2017.

12. Capital próprio

O Capital Social divide-se em 280.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 €.

Participação no Capital da Sociedade: nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse 10%, 33% e 50% dos direitos de voto, são como segue:

Elsamex Internacional S.L. - 280.000 ações (100%)

No exercício de 2016 a Inteval distribuiu ao seu acionista dividendos no montante de 1.100.000 Euros.

13. Passivos financeiros

Financiamentos obtidos

A totalidade das obrigações com Financiamentos obtidos classificam-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	Euros	Euros
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	-	-
Locações financeiras	216.188	246.345
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	-	-
Locações financeiras	5.831	238.676
	<u>222.019</u>	<u>485.021</u>

Em 2014 a empresa celebrou um contrato de locação financeira para financiar a aquisição de 45 viaturas.

A atividade da empresa obriga à constituição de garantias bancárias durante o prazo de 1 a 5 anos após a receção provisória das empreitadas. As responsabilidades por Garantias Contratuais são como seguem:





	2016	2015
	Euros	Euros
Caixa Geral de Depósitos	3.259.585	3.736.683
COSEC	1.647.690	1.524.413
Montepio	431.314	605.907
Santander (Ex. BANIF)	406.401	463.447
ASEFA	277.833	685.092
Mapfre	247.234	327.145
	6.270.057	7.342.687

Fornecedores

	2016	2015
	Euros	Euros
Fornecedores conta corrente	2.832.263	3.263.087
Facturação a emitir por fornecedores	211.456	275.898
	3.043.719	3.538.985

O saldo da rubrica Facturação a emitir a fornecedores refere-se à especialização de serviços prestados por fornecedores em 2016.

Outras contas a pagar

	2016	2015
	Euros	Euros
Remunerações a liquidar	383.425	285.170
Outros Credores	434	3.914
	383.859	289.084

Em Remunerações a liquidar incluem-se os montantes relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsidio de férias acrescido de encargos) em 2016 a liquidar em 2017, bem como a especialização das compensações por caducidade de contratos de trabalho a liquidar no final das obras em curso.

14. Rédito

	2016	2015
	Euros	Euros
Prestações de serviço no mercado nacional	21.025.555	21.366.334
Prestações de serviço no mercado externo	-	-
	21.025.555	21.366.334


15. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	2016			2015		
	Euros			Euros		
	Mercadorias	Mat.-primas	Total	Mercadorias	Mat.-primas	Total
1. Inventários iniciais	-	31.540	31.540	-	37.321	37.321
2. Compras	-	137.407	137.407	-	161.552	161.552
3. Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-	-	-
4. Inventários finais	-	28.496	28.496	-	31.540	31.540
5. C.M.V.M.C. (1+2+/-3-4)	-	140.451	140.451	-	167.333	167.333


16. Fornecimentos e serviços externos

	2016	2015
	Euros	Euros
Subcontratos	14.741.238	15.175.612
Conservação e reparação	457.489	442.071
Combustíveis	413.572	387.480
Rendas e alugueres	282.011	210.790
Seguros	113.310	132.498
Ferramentas e Utensílios	91.737	125.431
Deslocações, estadias e transportes	86.182	91.978
Trabalhos especializados	71.005	94.384
Comunicação	47.878	43.774
Outros	178.562	172.309
	16.482.984	16.876.327

17. Gastos com o pessoal

	2016	2015
	Euros	Euros
Remunerações do pessoal	2.389.084	2.158.140
Encargos sobre remunerações	409.672	383.933
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	37.623	29.238
Outros	4.009	11.283
	2.840.388	2.582.594

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de:

	2016	2015
Número médio de empregados	132	125
Número de empregados no fim do período	133	127

Não se verificou na empresa a atribuição de qualquer benefício pós-emprego.



18. Outros rendimentos e ganhos

	2016	2015
	Euros	Euros
Descontos de pronto pagamento obtidos	70.370	86.852
Outros	11.202	17.656
	81.572	104.508

19. Outros gastos e perdas

	2016	2015
	Euros	Euros
Impostos	19.985	20.370
Emolumentos	20.458	21.815
Outros	29.960	62.276
	70.403	104.461

20. Juros e gastos similares suportados

	2016	2015
	Euros	Euros
Juros suportados	10.090	18.114
Perdas com Garantias	45.152	63.663
Outros gastos e perdas de financiamento	5.315	5.597
	60.557	87.374

21. Divulgações emitidas por diplomas legais

Durante o exercício de 2016 foram atribuídas remunerações ao fiscal único no montante de 14.500 Euros.

22. Acontecimentos após data do balanço

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 1 de fevereiro de 2017.

Atualização de divulgação acerca de condições à data do balanço

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data de balanço.

Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não se verificaram quaisquer acontecimentos relevantes passíveis de divulgação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 71167



André Pinho de Sousa Sequeira

A DIREÇÃO FINANCEIRA



António Miguel Gomes Matos de Oliveira

A ADMINISTRAÇÃO



Fernando Jaime Bardisa Jorda

(em representação da Elsamex Internacional, SL)



Ignácio Maria Chueca Garcia

(em representação da Elsamex, SA)



José Luis Gonzalez Romero

(em representação da Grusamar Ingenieria y Consulting, SL)